

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
57ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DIA 01/07/2026

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, por volta das 10 horas e cinquenta minutos, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados, teve início a Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia (CME). A sessão foi presidida pelo Deputado Joaquim Passarinho, e foi aberta com quórum regimental. A sessão ocorreu presencialmente e foi transmitida ao vivo por meio do link https://www.youtube.com/live/Zu7rre21HLg?si=lmf6_3pGZajHlip7.

1. O Dep. Presidente iniciou informando sobre a dispensa da leitura da pauta, uma vez que formalmente publicada.
2. Na sequência, informa que há quatro requerimentos na pauta. Como dois dos autores não estão presentes em razão do processo de votação remota, o presidente anuncia que irá subscrever os quatro requerimentos e solicita que o vice-presidente assuma temporariamente a condução dos trabalhos para que possa defendê-los.

A - Requerimentos:

3. **REQUERIMENTO Nº 53/2026** - do Sr. Evair Vieira de Melo - que "solicita ao Tribunal de Contas da União o encaminhamento de informações acerca do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP 2026), dos estudos técnicos que o fundamentaram, dos impactos tarifários estimados aos consumidores brasileiros e sobre a adoção de medida cautelar para suspensão de sua homologação ou produção de efeitos até a conclusão definitiva da análise pelo Tribunal". O

Deputado Joaquim Passarinho informou que subscrevia o requerimento para viabilizar sua apreciação antes do recesso parlamentar, ressaltando a relevância da obtenção de informações junto ao Tribunal de Contas da União acerca do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026. O Deputado Luiz Gastão manifestou apoio ao requerimento, destacando a importância da atuação fiscalizatória da Comissão e da obtenção de informações sobre matéria de relevante impacto para o setor elétrico e para os consumidores brasileiros. **Aprovado o requerimento.**

4. **REQUERIMENTO Nº 55/2026** - do Sr. Alceu Moreira - que "requer aditamento ao Requerimento nº 51/2026 - CME, que "Requer a realização de audiência pública para debater a qualidade e a rastreabilidade do diesel e do biodiesel comercializados no Brasil", para a inclusão de novos convidados e correção de dados de convidado já listado". Subscreveu o requerimento O Deputado Joaquim Passarinho (PL-PA). **Aprovado o requerimento**, com a inclusão do IBP, por sugestão do Deputado Joaquim Passarinho.

5. **REQUERIMENTO Nº 56/2026** - do Sr. Joaquim Passarinho - que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Minas e Energia para debater as circunstâncias, os desdobramentos e as denúncias de violência na operação do ICMBio contra o garimpo ilegal na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso (PA)". O autor defendeu a realização da audiência pública afirmando que a fiscalização ambiental deve ser exercida dentro dos limites da legalidade e com respeito aos direitos dos cidadãos. Relatou denúncias de uso desproporcional da força durante operação realizada em Novo Progresso (PA), mencionando, entre outros fatos, notícias de disparos efetuados a partir de helicóptero que teriam atingido um motorista e uma criança. Ressaltou que não defendia o garimpo ilegal, mas sim a regularização da atividade garimpeira. Defendeu, ainda, que os órgãos responsáveis compareçam à Comissão para prestar esclarecimentos sobre os fatos e sobre os procedimentos adotados durante a operação. **Aprovado o requerimento**, com a inclusão de representantes da prefeitura municipal de Novo Progresso (PA), da assembleia legislativa do estado do Pará e da Federação das Cooperativas dos Garimpeiros, por sugestão do autor.

6. **REQUERIMENTO N° 57/2026** - do Sr. Joaquim Passarinho - que "solicita que sejam prestadas informações pela Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a operação de fiscalização do ICMBio na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso (PA), realizada no dia 29 de junho de 2026". Na defesa da matéria, o autor reiterou a necessidade de esclarecimentos formais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima acerca da operação realizada pelo ICMBio, especialmente quanto ao planejamento, aos protocolos adotados, ao emprego da força e às circunstâncias dos fatos noticiados durante a fiscalização, sustentando ser dever da Comissão exercer sua função fiscalizatória. **Aprovado o requerimento.**

B - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

7. **PROJETO DE LEI N° 452/2020** - do Sr. Léo Moraes - que "altera o art. 23 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, para que os coeficientes de redução da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre combustíveis sejam calculados proporcionalmente à redução das alíquotas de ICMS". RELATOR: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO. PARECER: pela rejeição. **Não deliberado, em razão de ausência do Relator.**

8. **PROJETO DE LEI N° 1.501/2023** - do Sr. Delegado Palumbo - que "altera o artigo 1° da lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir os § 5° e 6° que versam sobre a criação das diretrizes de combate ao combustível adulterado". RELATOR: Deputado JUNIO AMARAL. PARECER: pela aprovação, com emendas. **Não deliberado, em razão de ausência do Relator.**

9. **PROJETO DE LEI N° 1.924/2024** - do Sr. Julio Lopes - que "dispõe acerca do Sistema Eletrônico de Informações do Setor de Mineral (SEISMI), que será implementado e operado pelo Operador Nacional do Sistema Mineral (ONSM) e altera o Decreto-Lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967". RELATOR: Deputado JÚNIOR FERRARI. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Não deliberado, em razão de ausência do Relator.**

10. **PROJETO DE LEI Nº 223/2025** - da Sra. Fernanda Pessoa - que "dispõe sobre a criação do Programa Recicla e Cash, que institui cashback para consumidores que realizarem a destinação correta de resíduos recicláveis, aplicando descontos nas contas de energia elétrica e água, e dá outras providências". RELATOR: Deputado JÚNIOR FERRARI. PARECER: pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Lido o Parecer pelo Relator, em 13/05/2026. Iniciada a Discussão, em 13/05/2026. Vista ao Deputado Paulo Guedes, em 13/05/2026. **Não deliberado, em razão de ausência do Relator.**

11. **PROJETO DE LEI Nº 2.300/2025** - do Sr. Max Lemos - que "dispõe sobre medidas de incentivo à produção, comercialização e uso do etanol combustível, visando à redução do custo dos combustíveis no Brasil e ao fortalecimento da matriz energética nacional, e dá outras providências". RELATOR: Deputado RAFAEL FERA. PARECER: pela aprovação, com emendas. **Não deliberado, em razão de ausência do Relator.**

12. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião ordinária.

Ata lavrada por:

Dra. Giovanna Smidt

Advogada de Direito Regulatório do Escritório Fernanda de Paula Advocacia e Consultoria.

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma digital
por FERNANDA CRISTINNE
ROCHA DE
PAULA:01117993175
Dados: 2026.07.02 15:00:47
-03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

GIOVANNA SMIDT FRISCHKNECHT

OAB/DF nº 74.104